

GOVERNO

# Nilmário critica 'oportunismo' da oposição

Para ex-ministro, Plano Nacional de Direitos Humanos está sendo usado como 'bandeira política eleitoreira'

**Eduardo Kattah**  
ENVIADO ESPECIAL  
ARAÇUAÍ

O ex-ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, acusou ontem a oposição de transformar o debate em torno do Programa Nacional dos Direitos Humanos em uma "bandeira política eleitoreira". Nilmário atacou o que chamou de "oportunismo" dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Kátia Abreu (DEM-TO), que preside a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e vê no programa uma ameaça à propriedade privada.

"A chamada musa do latifúndio aproveitou para colocar seus preconceitos", ironizou o ex-ministro, que atualmente preside a Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. "Essa polêmica tem coisas boas, corretas, é direito de todo mundo debater, discutir o plano, mas tem

muita hipocrisia também. Eu vejo senadores como o Arthur Virgílio, que fala que quer saber, quer discutir o plano, mas os dois planos anteriores foram no governo Fernando Henrique e ele defendia. Eu era da oposição, mas nunca fiz oposição a direitos humanos."

Nilmário participou ontem da inauguração da Escola Técnica do Instituto Federal Norte de Minas, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-ministro não poupou o atual titular da pasta da Agricultura, Reinhold Stephanes, que também criticou pontos do plano. "Ele teve seis meses para fazer as observações que não precisava fazer pela imprensa como ele fez", afirmou.

Com relação à Comissão da Verdade, Nilmário disse que a questão será decidida pelo Congresso Nacional e que toda polêmica é resultado do oportunis-

mo dos "militares de pijama", numa referência aos oficiais da reserva. Ele disse entender ainda que no plano não há proposta de revisão da Lei da Anistia.

Sobre a reação da mídia e a polêmica sobre o controle dos meios de comunicação, Nilmário minimizou: "Teve um pri-

meiro momento 'não li, não gostei'. Você via claramente que estavam falando do que não sabiam. Não tinham lido, nem tiveram o cuidado de comparar com os anteriores."

A senadora tucana Marisa Serrano (MS) respondeu em nome de Virgílio: "Nossa atribui-

ção é fiscalizar e discutir os grandes temas nacionais. Não aceitamos o viés ideológico do programa, que fragiliza as atribuições do Judiciário e do Legislativo". Procurada ontem, Kátia Abreu preferiu não responder às declarações do ex-ministro. No auge da crise, ela não

economizou nos ataques ao plano. Em entrevista à Rádio Eldorado na semana passada, a senadora disse que o texto protege invasores de terras e desrespeita o direito à propriedade. "O governo não pode se colocar como um defensor acima do bem e do mal", disse. ●

## Ministro questiona PMs em ato

... O ministro em exercício de Direitos Humanos, Rogério Sottili, pediu esclarecimentos ao secretário de Justiça de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, sobre a presença de policiais militares em ato de apoio ao Programa de Direitos Humanos, realizado na semana passada na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Segundo Rose Nogueira, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais e da

diretoria do sindicato, dois policiais chegaram a entrar no auditório onde se realizava o ato. "Alegaram que cumpriam ordens superiores, mas não disseram de onde vinham", disse ela.

O secretário paulista informou ontem, por meio de sua assessoria, que encaminhou o pedido de esclarecimento aos responsáveis pela área de segurança e aguarda as respostas. ● R.A.

## PF inicia operação para extraditar major uruguaio

Atendendo a determinação de Brasília, a Polícia Federal iniciou ontem a operação de extradição do major uruguaio Manuel Juan Cordeiro Piacentini. Ele será enviado para a Argentina, a pedido da Justiça daquele país, para ser julgado por crimes de violação dos direitos humanos no período da ditadura.

A operação não pôde ser concluída, porém, porque o militar da reserva alegou problemas de saúde e foi enviado para um hospital de Santana do Livramento, cidade gaúcha onde ele está detido em regime de prisão domiciliar. Segundo informações da PF, Cordeiro, como é mais conhecido o acusado, está sob custódia policial. A operação de extradição poderá ter continuidade hoje, se houver autorização médica.

Na sexta-feira, o advogado de Cordeiro havia ajuizado no STF um pedido de suspensão da extradição, sob a alegação de que ele é beneficiário da Lei da Anistia em vigor no Brasil. O pedido ainda não foi analisado pelo presidente do Supremo, Gilmar Mendes. No ano passado o advogado já havia tentado outro recurso contra a extradição, negado pelo STF.

Cordeiro é acusado de participação na Condor, operação secreta que, na década de 70, uniu as polícias políticas de seis países da América do Sul que viviam sob ditadura - Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil. A operação permitia perseguir e capturar opositores dos regimes além das fronteiras de cada país. ●

ROLDÃO ARRUDA